

INTERFACES EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO DOS SURDOS: ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

INTERFACES IN RURAL EDUCATION AND DEAF EDUCATION: ANALYSIS OF BRAZILIAN THESES AND DISSERTATIONS

Patrícia Paula Schelp Taniguchi¹

Resumo

Este texto objetiva realizar um mapeamento da produção científica brasileira em teses e dissertações elaboradas nas interfaces entre Educação de Surdos e Educação do Campo, com vistas à elucidação do panorama e das lacunas da área. A metodologia adotada é a da pesquisa bibliográfica. Ao todo, foram analisadas 16 produções, seis teses e 10 dissertações. As pesquisas evidenciam que, em muitos locais, os surdos que vivem no campo estão sob o olhar clínico da deficiência. Consta-se a não aceitação da Libras pelas famílias; o desconhecimento da surdez e sua diversidade cultural e linguística; a existência de sinais dialetais criados para convívio familiar e/ou na comunidade, dentre outros resultados. Espera-se contribuir para a construção do conhecimento nas interfaces entre Educação de Surdos e Educação do Campo, bem como auxiliar no direcionamento de futuras pesquisas para outros objetos ou para diferentes abordagens.

Palavras-chave: Interfaces. Educação de Surdos. Educação do Campo.

Abstract

This text aims to map the Brazilian scientific production in theses and dissertations developed at the intersection of Deaf Education and Rural Education, with a view to elucidating the landscape and gaps in the area. The methodology adopted is bibliographic research. A total of 16 productions were analyzed, consisting of six theses and ten dissertations. The studies reveal that, in many locations, deaf individuals living in rural areas are viewed through the lens of disability. It is noted that families do not accept Brazilian Sign Language (Libras), there is a lack of understanding about deafness and its cultural and linguistic diversity, and there exist dialectal signs created for family interaction and/or within the community, among other findings. It is hoped that this research will contribute to the construction of knowledge at the interfaces between Deaf Education and Rural Education, as well as assist in guiding future research towards other subjects or different approaches.

Keywords: Interfaces. Deaf Education. Rural Education.

Introdução

A Educação Especial e a Educação do Campo estão constituídas como campo de lutas e de conhecimentos, há décadas. Pesquisadores

¹ Docente de Língua Brasileira de Sinais - Libras, na Universidade Federal do Paraná - UFPR, Setor Litoral. Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. patricia@schelp.com.br; <https://orcid.org/0000-0002-8377-8541>; <http://lattes.cnpq.br/8637972394942072>

como Nozu, Ribeiro e Bruno (2018), Festa (2020) e Nozu (2021) dedicaram atenção à produção do conhecimento considerando as interfaces Educação Especial e Educação do Campo. O primeiro estudo de natureza bibliográfica na área foi de Caiado e Meletti (2011), que analisaram as produções apresentadas nas reuniões da ANPEd. A pesquisadora Souza (2020), em artigo sobre as pesquisas educacionais sobre MST e Educação do Campo, anota que a interface da Educação Especial com a Educação do Campo é uma lacuna na produção do conhecimento.

O Núcleo de Pesquisas em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (Nupecamp) apresenta trabalhos sobre esta temática, a exemplo da dissertação de Marcoccia (2011) que mapeia os tipos de deficiência presentes nas escolas localizadas no campo, na rede estadual do Paraná. Rodrigues (2020) e Lopes (2022) analisam práticas pedagógicas em escolas do/no campo em municípios como Campo Largo e Prudentópolis no estado do Paraná, concluindo que há avanços significativos no arcabouço normativo da Educação Especial e da Educação do Campo, contudo, ambas as áreas carecem de investimentos financeiros e pedagógicos, pois as escolas que estão no campo e os sujeitos com deficiência que estão nela (ou fora dela) não são prioridades nas políticas públicas locais. A tese de Taniguchi (2024) analisa os múltiplos os determinantes que perpassam o trabalho com manuais escolares nas práticas pedagógicas com surdos do campo, ou seja, a necessidade de elucidação quanto ao conhecimento da educação no e do campo; a formação docente; as políticas de inclusão, acessibilidade linguística; e o projeto de sociedade vigente.

O Grupo de Trabalho denominado Pessoas com Deficiência nas escolas públicas do campo que integra a Frente Nacional das Escolas do Campo, do FONEC, as ações - pautadas na interlocução de seus membros, na análise de produções científicas sobre o tema e no diálogo com as populações do campo – indicam (des)caminhos da inclusão de alunos com deficiência em escolas do campo. Nozu et al. (2023) identificam pesquisas dos participantes do GT e da Rede Educação Especial do Campo, esta instituída na Universidade do Estado do Pará. Ambos os grupos fazem críticas ao currículo urbanocêntrico e à política hegemônica de Educação Especial que não se articula com as singularidades da população do campo.

Deste modo, este artigo, procedente da tese de doutorado da autora, visa analisar a produção do conhecimento oriundo de teses e dissertações sobre as interfaces entre educação de surdos e educação do campo.

Os sujeitos surdos e os sujeitos do campo se entrecruzam na luta por reconhecimento à sua identidade e ao lugar enquanto protagonistas de sua

própria história, questionando as políticas públicas, resistindo à opressão e exigindo seus direitos. São sujeitos que se organizam em coletivos sociais, de gênero, de trabalhadores do campo, de pessoas com deficiência, de camponeses, entre outros, que Arroyo (2014) identifica como Outros sujeitos da educação. Esses sujeitos mostram que a maneira como os concebemos e os ensinamos é determinada pela forma de pensá-los e classificá-los. A tomada de consciência política desses coletivos leva às ações por libertação, por reconhecimento e autorreconhecimento e produzem, assim, Outros sujeitos, que exigem Outras pedagogias (Arroyo, 2014).

Os surdos que residem no campo, sejam eles sinalizantes ou não, têm o direito de ali construir sua história, o que inclui sua trajetória escolar, compreendendo as especificidades do campo e sua relação com o trabalho. Enquanto sujeitos do campo, dispõem dos direitos legais que cabem às pessoas surdas, acrescidos aos direitos do sujeito do campo. Tais direitos abrangem o âmbito educacional, visto que a escola é o ambiente propício para a formação do ser social, por ser “lugar de tratar das diversas dimensões do ser humano, de modo processual e combinado” (Caldart, 2003, p.73).

Consideramos a diversidade dos sujeitos surdos na sua totalidade e mediados pela realidade em que estão inseridos. Assim, entendemos que os sujeitos surdos, a depender das suas especificidades sócio-históricas, linguísticas, culturais e subjetivas, necessitam de diferentes recursos e serviços educacionais e de acessibilidade, assim como temos a percepção de que cada coletivo ou movimento social luta por seus direitos. São nesses movimentos de lutas que a educação de surdos e a educação do campo se entrecruzam.

Desenvolvimento

Com o intuito de verificar pesquisas cujas temáticas estivessem relacionadas especificamente aos surdos que moram no campo realizamos uma investigação sobre a produção do conhecimento na área da surdez e da educação do campo, utilizando o banco de teses da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Justificamos a busca nessas duas fontes, pois a CAPES é o sistema online oficial do governo brasileiro para depósito de teses e dissertações brasileiras vinculado ao MEC. Já a BDTD é um mecanismo de busca que integra todos as bibliotecas digitais de teses e dissertações das universidades brasileiras que utilizam o sistema. Não delimitamos marco temporal com o intuito de

abranger o maior número possível de produções.

As produções de teses e dissertações encontradas foram selecionadas e organizadas, excluindo-se as repetidas. Realizamos também buscas no currículo lattes dos autores a fim de preencher possíveis lacunas. Desde o levantamento bibliográfico até a análise do conteúdo, a pesquisa foi desenvolvida da seguinte maneira: 1) delimitação do objeto; 2) organização das informações tais como título, tipo de pesquisa, ano de conclusão e instituição; 3) análise do resumo e das palavras-chave; e 4) análise de conteúdo com o foco na identificação do sujeito surdo, método, contexto, instrumentais de coleta e análise de dados e conceitos centrais.

Buscamos pesquisas especificamente voltadas à temática da educação dos surdos do campo, em ambas as plataformas, inserindo o operador booleano and: “surdos” and “educação do campo”; “surdos” and “escola do campo”; “surdos” and “escola rural”; “surdos” and “rural”. Ao ler os resumos das produções, apenas quatro publicações, todas oriundas de instituições públicas, contemplavam o tema sobre os surdos em escolas rurais.

Na relação das pesquisas dispostas no quadro a seguir, todas possuem termos que se referem a pessoa surda: surdez/surdo e Libras/ Língua de Sinais, porém, nenhuma em relação à educação do/no campo.

Quadro 1: Produção de conhecimento a partir dos descritores - teses e dissertações

TÍTULO/ AUTOR(A)	IES	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	ANO
1. Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí. PEREIRA, Everton Luís.	UFSC Universidade Federal de Santa Catarina	Antropologia Social Doutorado	2013
2. Atravessamentos culturais na ruralidade: produzindo verdades sobre os sujeitos surdos. PINHEIRO, Dajane.	UFMS Universidade Federal de Santa Maria	Extensão Rural Mestrado	2011
3. O surdo do contexto rural: desafios e implicações no processo de apropriação da Libras. MEIRA, Maria Elza.	UNIMONTES Universidade Estadual de Montes Claros/MG.	Letras Mestrado Profissional	2017
4. O processo de ensino aprendizagem da LIBRAS por jovens surdos através dos sinais dialetais. SILVEIRA, Briele Bruna Farias da.	UFPB Universidade Federal da Paraíba	Linguística e Ensino Mestrado Profissional	2017

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do BDTD/IBICT e da Capes, 2024.

Nota-se que há três dissertações e apenas uma única tese, esta última, na área da antropologia. Isto nos leva a interrogar sobre o silenciamento de investigações, tratando-se de pesquisas de doutorado, sobretudo em programa de pós-graduação em educação. As quatro pesquisas são de instituições públicas, sendo três de âmbito federal e uma estadual. Percebe-se também que há uma lacuna de dois anos, entre 2011 e 2013 e quatro anos entre 2013 e 2017 sem pesquisa com o tema.

A pesquisa de Pinheiro (2011) teve como objetivo a investigação dos modos de como os sujeitos surdos vêm sendo constituídos em uma escola e comunidade rural do município de Agudo-RS. Os dados coletados encadearam a uma discussão teórica com foco nas narrativas e os efeitos dessas representações na educação dos surdos e na constituição identitária, que se compõe a partir da legitimação de significados em tal espaço. A autora constatou que “a busca pela normalização é um discurso frequente em todo o processo histórico de constituição desses sujeitos surdos” (Pinheiro, 2011, p. 57). O discurso clínico é predominante na comunidade, na visibilidade da surdez enquanto deficiência auditiva, e não em seus aspectos culturais, linguísticos e políticos. A pesquisa, portanto, anuncia que língua de sinais é fundamental para a comunicação e a interação social dos surdos, e que as práticas culturais e sociais afetam a vida desses sujeitos na comunidade rural.

Pereira (2013), teve como objetivo observar a interação entre surdos e ouvintes na produção, circulação e manutenção da cena (linguagem gesto-visual) em uso entre ouvintes e surdos na Várzea Queimada, cidade de Jaicós-PI. O autor pontuou que a cena construída e compreendida, foi com base nos processos de contextualização de práticas sociais comuns na localidade, ou seja, o cotidiano, as relações sociais, os rituais, a alimentação e o trabalho, entre outros aspectos. A cena, bem como a organização geográfica da vila, compartilhadas pelos habitantes, constrói a ideia de pertencimento, de núcleo familiar e família, fundamentais para a sua formação. A tese “trabalhou com elementos de sociabilidade entre mudos e falantes, entre mudos e mudos e entre falantes e falantes, que permitem, auxiliam, constroem e reconstroem uma linguagem gesto-visual, conhecida como cena, em uso nessa localidade” (Pereira, 2013, p. 384).

[...] como a cena se faz vívida no interior da comunidade de prática que é Várzea Queimada. Ela se constrói, se renova e se multiplica produzindo a compreensão a partir do processo de contextualização de aspectos da sociabilidade. (Pereira, 2013, p. 387).

O pesquisador anunciou que outros discursos vêm influenciando a comunidade, principalmente com a implantação da Língua Brasileira de Sinais e de políticas de inclusão dos surdos. Estas ações acabaram por interferir na forma como os sujeitos da comunidade se relacionam, desde mudanças de nomenclatura, padrões diferenciados de língua, compreensão e produção de competentes.

Além disso, propostas de alfabetização dos surdos por meio da educação formal na escola, aprendizado da Libras, provocou certos impasses na localidade quanto aos alfabetizadores e suas “capacidades” (Pereira, 2013, p. 30). Outra questão importante apontada pelo pesquisador foi em relação a não reivindicação das vilas em torno da identidade surda. Isso se deve ao fato de que, em Várzea Queimada, o foco é na comunidade e suas formas de ver, ser e viver, e a construção e o uso da cena são reflexos das práticas sociais da comunidade. Em contraponto, a implantação da Libras e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como política pública em nível nacional e as ações do Estado foram causando impactos significativos no cotidiano da vila na forma de ver os surdos e a linguagem gesto-visual.

Conforme o autor da tese, outras configurações e competências entraram em jogo na comunidade, como a figura do especialista em Libras, os tradutores e intérpretes, os dicionários com as formas certas e erradas de falar, os discursos biomédicos serão contemplados. Com essas questões, o pesquisador demonstrou preocupação e pontuou que determinadas comunidades constroem e desenvolvem língua de sinais independentes das nacionais. Traz também o alerta sobre o risco do desaparecimento, em pouco tempo, de um número incontável de formas de linguagem gesto-visual, pelo fato de as políticas globais de inclusão dos surdos trabalharem com perspectivas hegemônicas sobre o que seria uma língua e como se daria a educação ou inserção dos surdos nas sociedades globalizadas. Ainda, o autor expôs a fragilidade das relações sociais que mantêm vivas as línguas de sinais rurais ou indígenas, e afirma que, após revisão de literatura sobre elas, a maioria das comunidades onde essas formas de comunicação se desenvolveram sofrem devido à influência de políticas públicas, acarretando substituição pelas línguas nacionais – a Libras.

Assim, para finalizar, o autor anunciou a necessidade e o desafio de documentar essas linguagens, da importância de estudos etnográficos nessas comunidades onde essas formas de comunicação nasceram, para que se possa pensar na língua com sua complexidade gramatical e composicional. Denunciou que as políticas públicas para a inclusão dos surdos precisam ser reformuladas, para valorizar suas línguas e

culturas. Indica também futuras pesquisas com o intuito de descrever mais detalhadamente essa linguagem e poder discutir com mais afinco a língua de sinais e a elaboração de políticas públicas.

A dissertação de Meira (2017), objetivou o desenvolvimento de um Projeto Educacional de Intervenção (PEI) que favoreça o processo de apropriação de linguagem por parte de um sujeito surdo pré-adolescente morador de zona rural, sem conhecimento, até então, da Libras ou do português escrito. A proposta de intervenção se fundamentou na perspectiva socioantropológica e nos seguintes pressupostos: (i) Libras com papel fundamental no processo de apropriação de conhecimentos, na construção da identidade; (ii) a ocorrência da aquisição da língua portuguesa por meio de recursos visuais, subsidiados pelo contexto e pelo texto, amparada pela Libras; (iii) a interferência de fatores como disposição interna, idade, família, convivência com seus iguais e condições ambientais favoráveis no processo de apropriação e, por consequência, na interação desse sujeito com outros surdos e ouvintes .

A pesquisa denunciou as dificuldades mais relevantes no processo marcado nas convivências familiar, comunitária e escolar, na oralidade e pela linguagem gestual caseira, durante a infância e a adolescência. Isso, segundo a autora, dificultou a interação e a identificação sociolinguística do surdo com seus semelhantes e, conseqüentemente, acarretou uma adesão maior do sujeito aos sinais convencionais. Outra dificuldade foi o transtorno sofrido pelos deslocamentos de uma localidade à outra, da zona rural para zona urbana, associado à falta de condições financeiras da família, que impedem a realização de algumas ações. A não aceitação da família em aprender Libras reforça o uso da linguagem gestual caseira e impede o processo de identificação, refletindo negativamente na constituição da sua identidade surda. Por fim, a interação do sujeito de pesquisa com o instrutor surdo provocou nele a necessidade de sair da zona rural, despertando desejo de morar na zona urbana, sob o pretexto de trabalhar.

Silveira (2017), analisou os sinais dialetais usados pelos surdos atendidos no Centro Rural de Formação-Centro de Atendimento Especializado, no Assentamento Dona Helena em Cruz do Espírito Santo-PB, para utilizá-los como sinais norteadores no processo de ensino aprendizagem da Libras. Os surdos participantes da pesquisa utilizavam sinais dialetais estabelecidos por eles e suas famílias como principal meio de comunicação, já que não tiveram acesso à língua de sinais oficial do Brasil, a Libras, nem ao português escrito. Após a análise dos sinais, a intervenção educativa se deu por meio de análise de três

sequências didáticas, que partiram dos sinais dialetais para culminar no aprendizado de sinais da Libras. Os resultados demonstraram que os sinais dialetais desenvolvidos pelos surdos para se comunicarem com pessoas próximas, “além de serem sinais que apresentam estruturas de língua e, por isso, também variam, são fundamentais no processo de ensino aprendizagem de uma língua de sinais oficial para uma vida com maior interação e integração social” (Silveira, 2017, p. 102).

As pesquisas acima citadas foram realizadas nos diferentes contextos e demonstraram que as pessoas surdas, residentes no campo, são produzidas e se autoproduzem descoladas do entendimento cultural e político de uma comunidade surda. Os sinais desenvolvidos pelos surdos no seio familiar, além de estruturados linguisticamente, são passíveis de variação motivada extra linguisticamente, o que os credencia a ter o status de sinais dialetais. Demonstram, principalmente, que o ensino-aprendizagem de uma língua de sinais oficial, mediado pelo sinal dialetal, é fundamental ao processo. Estes sinais dialetais podem favorecer, em muitas vezes, a interação e comunicação entre surdos e ouvintes de uma mesma comunidade, trazendo a ideia de pertencimento, segundo demonstrou a pesquisa de Pereira, (2013). No entanto, as pesquisas também revelam a presença do discurso clínico, da reabilitação e da não aceitação da Libras pelas famílias (Pinheiro, 2011; Meira, 2017).

Além desses trabalhos analisados que trataram especificamente do sujeito surdo que vive no campo, pesquisadores como Nozu, Ribeiro e Bruno (2018), Festa (2020) e Nozu (2021) dedicaram-se à produção do conhecimento considerando as interfaces educação especial e educação do campo. A pesquisadora Souza (2020), em artigo sobre as pesquisas educacionais sobre MST e educação do campo, anota que a interface da educação especial com a educação do campo é uma lacuna na produção do conhecimento. Desse modo, com o intuito de identificar a presença de sujeitos surdos na interface educação especial e educação do campo, buscamos todas as produções identificadas pelos autores até o ano de 2022.

Do total de 94 produções encontradas, 28 foram teses e 66 dissertações, registradas entre 1994 e 2022. Deste total, selecionamos 13 pesquisas e as categorizamos em áreas temáticas, a saber: indígenas (cinco dissertações e três teses); EJA (uma dissertação); comunidades remanescentes de quilombos (uma tese); escola do campo, educação especial e inclusão (uma dissertação e uma tese); e agricultura familiar (uma dissertação), conforme Quadro que segue:

Quadro 2: Produção de conhecimento - surdo em contexto do campo - áreas temáticas

AREA TEMÁTICA	AUTOR(A)/ANO	IES/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	T/D
POVOS INDÍGENAS	VENERE (2005)	UNIR-Fundação Universidade Federal de Rondônia/ Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	D
	VILHALVA (2009)	UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina/ Linguística	D
	BURATTO (2010)	UFSCAR-Universidade Federal de São Carlos/ Educação Especial	T
	COELHO (2011)	UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados/ Educação	D
	SOUZA (2011)	UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados/ Educação	D
	CORREIA (2013)	UFBA-Universidade Federal da Bahia/ Educação	T
	SOUZA (2013)	UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados/ Educação	D
EJA	BATISTA (2016)	UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados/ Educação	D
	GOÑÇALVES (2014)	UFSCAR-Universidade Federal de São Carlos/Educação Especial	T
COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	MANTOVANI (2015)	UFSCAR-Universidade Federal de São Carlos/Educação Especial	T
ESCOLA DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO	FERNANDES (2015)	UFSCAR-Universidade Federal de São Carlos/Educação Especial	T
	MARCOCCIA (2011)	UTP-Universidade Tuiuti do Paraná/ Educação	D

Elaboração: a Autora (2024).

Diante do exposto, constatamos que, das 13 produções, 12 advêm de instituições públicas e uma de instituição privada. No que se refere ao Programa de Pós-graduação, seis são da área da Educação, quatro da Educação Especial, uma da Linguística, uma da área de Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares e uma da área do Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Venere (2005) investigou aplicações de políticas públicas para população indígena com deficiência em Roraima e constatou que há uma distância entre a legislação, as ações implementadas e as realmente implementadas. Em relação à surdez, o autor apresentou oito casos de deficientes auditivos (DA) no Distrito Sanitário Especial Indígena, Porto Velho, segundo dados da Fundação Nacional da Saúde (Funasa). O autor relatou que próteses auditivas são distribuídas aos indígenas surdos, porém sem as devidas adaptações. O que nos chamou atenção nessa investigação, dentre outras, foi o relato de um professor indígena sobre a dificuldade em ministrar aulas para as crianças surdas, causada pela falta de preparação para execução dos trabalhos, ou seja, há necessidade de formação docente

e prática pedagógica voltadas ao contexto de uma escola indígena, para sujeitos surdos e ouvintes indígenas e com intencionalidade.

Vilhalva (2009) mapeou e registrou a língua de sinais familiares (sinais emergentes) 35 em duas aldeias indígenas no Mato Grosso do Sul e constatou que esses sinais estão presentes no contexto plurilíngue das comunidades, havendo a necessidade de que sejam planejados pelos órgãos mantenedores da educação, bem como orçamento anuais e plurianuais para essas ações. Em sua investigação, identificou 40 indígenas surdos de diferentes idades, a maioria deles fora da escola. A autora afirma que uma língua visual emergente poderá preservar a cultura de um povo indígena independentemente de sua etnia. No entanto, os sinais emergentes começam a ser influenciados pela Libras por meio dos intérpretes que advêm da cidade próxima, deixando de lado os sinais utilizados no ambiente familiar. Esta pesquisa evidenciou a criação de sinais pelos indígenas surdos para a comunicação com a comunidade e família.

Com o intuito de formar professores Kaingang na terra indígena Ivaí-Paraná, para atuar na prevenção das deficiências, Buratto (2010) evidenciou em sua tese a eficácia da aplicação de um programa de formação para precaução, juntamente com um material didático bilíngue. Constatou a presença total de oito DA em terras indígenas do Ivaí. Em entrevista com os professores ficou clara a não compreensão que estes têm da forma de comunicação com os surdos e a necessidade de haver materiais didáticos para auxiliar em sala de aula, bem como formação docente.

Coelho (2011) investigou a constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá e a compreensão dos processos de interação e comunicação na família e na escola. Os resultados evidenciaram que a comunicação dos surdos se restringe à utilização de sinais caseiros e icônicos com as pessoas da família, colegas e professores. Dos oito indígenas surdos identificados, três frequentavam a escola indígena e cinco não estavam alfabetizados. A proposta pedagógica das escolas, segundo a autora, era o ensino do Guarani e do Kaiowá como línguas de instrução e língua portuguesa como segunda língua. No entanto, para os estudantes surdos o ensino se voltava para a alfabetização em língua portuguesa, língua majoritária dos materiais didáticos, e da Libras (quando havia profissionais). Percebemos que a língua indígena da comunidade onde o surdo vive não foi levada em consideração, não contribuindo para a manutenção e valorização das línguas maternas nas comunidades indígenas. Assim, segundo a autora, os problemas da inclusão de alunos surdos na escola indígena estão relacionados à falta de apoio de outros profissionais e à falta de materiais adequados e de formação específica em Libras.

Souza (2011) investigou a infância e as condições de vida das crianças indígenas Kaiowá e Guarani, com deficiência, em aldeias da Região da Grande Dourados, buscando mapear as políticas sociais e o acesso à saúde e à educação nas aldeias de Dourados e de Paranhos. Como resultado, evidenciou que os direitos fundamentais sociais – educação, saúde, moradia, proteção à maternidade e à infância e assistência aos grupos vulneráveis – têm sido negligenciados às crianças indígenas com e sem deficiência e que a maioria vive em condições precárias e está fora da escola. A autora relatou a presença de oito surdos nos municípios investigados e constatou que, para a promoção da inclusão da criança indígena surda, foram difundidas ações paralelas de capacitação docente, como um curso de Libras para professores indígenas, formação de um profissional no curso à distância de atendimento educacional especializado (AEE) e o atendimento de intérpretes e professor itinerante. No entanto, foram apontadas outras questões: apenas uma intérprete indígena; falta de material de apoio, sendo o pouco material que possuem bastante artesanal e elaborado por eles; surdos de famílias que têm como língua materna a língua indígena; e o fato de que, após o quinto ano, precisam se deslocar para estudar na cidade.

Correia (2013), em sua tese, analisou as práticas de inclusão existentes na etnia Pankararé, discutindo os vínculos sociais básicos que ali se estabelecem e constatou que as práticas acontecem nos vínculos sociais que configuram os espaços afetivo, cultural e público, sendo frutos dos processos que são sínteses da própria experiência. Os achados sobre a surdez foram: a presença de uma criança surda de oito anos, que utiliza a oralização para se comunicar; a permissão para que os indígenas surdos participassem de alguns rituais mediante realização ou pedido de promessa; e a não compreensão da forma de comunicação dos surdos.

Analisar a oferta do Atendimento Educacional Especializado para surdos nas salas de recursos multifuncionais no contexto das escolas indígenas do município de Dourados-MS foi o intuito de Sousa (2013) em sua pesquisa. Os resultados demonstraram que há muitos obstáculos para que as pessoas com deficiência sejam atendidas, pois o desconhecimento dos familiares e de muitos profissionais da educação para lidar com a questão da deficiência ainda é muito grande. Os professores demonstraram necessidade de formação específica para lidar com os alunos indígenas deficientes, ainda que algumas formações sejam oferecidas por órgãos educacionais da região. Somado a isso, observou-se o espaço inadequado para as salas de recursos multifuncionais (SRMs), com precariedade de iluminação, ventilação e materiais didáticos específicos para desenvolver

um trabalho de qualidade. Sobre a surdez, a pesquisa relatou a presença de cinco sujeitos surdos, atendidos por intérpretes de Libras. No entanto, a autora relatou que eles são instruídos em Libras, na escola são introduzidos na língua portuguesa e em suas casas, seus pais e irmãos, muitas vezes, só conversam entre si na língua indígena.

A pesquisa de Coelho (2019) é a continuidade da temática dos indígenas surdos iniciada em sua investigação de mestrado. Nessa tese a autora pesquisou os discursos sobre as diferenças que circulam no contexto escolar, em seis escolas localizadas nas terras indígenas no sul do MS. O estudo problematizou que o modelo educacional proposto para as escolas indígenas, baseados no ensino da língua materna indígena como primeira língua e da língua hegemônica como segunda língua, não se aplica aos estudantes surdos. As estratégias de ensino utilizadas invisibilizam as línguas de sinais e as diferenças culturais dos estudantes indígenas surdos e não contribuem para a manutenção e valorização das línguas maternas nas comunidades indígenas. Em três municípios pesquisados, a autora visitou quatro terras indígenas e encontrou cinco estudantes surdos matriculados nas escolas, sendo que apenas em um município existiam SRMs organizadas em duas escolas das comunidades. Uma criança surda em fase de alfabetização era atendida por uma profissional de apoio, contratada para acompanhamento cotidiano do estudante, porém sem ensino da língua indígena local. Outra criança, também em fase de alfabetização, contava com atendimento individualizado esporádico na SRM, no horário do turno regular, sem o aprendizado da língua indígena local; os outros três estudantes não estavam sendo atendidos por nenhum profissional específico, além dos professores da sala de aula regular onde estavam matriculados. Outro dado importante observado pela pesquisadora é que na maioria das escolas não havia o AEE e, quando existia, o foco era na audição e no ensino de uma língua que os surdos não utilizavam.

Analisar e descrever os saberes culturais de jovens e adultos com deficiência de comunidades das ilhas do município de Abaetetuba-PA, buscando compreender como se dá o processo de aprendizagem desses saberes, foi o que Batista (2016) objetivou em seu trabalho dissertativo. O resultado, após análise das categorias, evidenciou que a maioria das pessoas com deficiência aprendeu os saberes com alguém. Em seguida, o autor apresentou aqueles que aprenderam na prática, mediante observação, e, por último, foi elencado como um dom deixado por Deus. Assim, a pesquisa contribuiu para a compreensão de que as pessoas com deficiência, moradoras das ilhas, são capazes de aprender as atividades

culturais de várias formas. Sobre a surdez, a autora evidenciou e entrevistou um surdo, de 24 anos, que estudou até o quarto ano do ensino fundamental e não se comunica por Libras nem pela oralização, apenas por gestos. Assim, a entrevista foi realizada por meio da escrita em língua portuguesa e com o auxílio da mãe. A falta de motivação e de acompanhamento pedagógico na escola, além de problemas familiares, fizeram com que com o surdo abandonasse os estudos. Na escola, não conseguia se relacionar com os colegas, professores e demais funcionários. Na localidade onde morava, realizava atividades de pesca, extração do açaí e produzia desenhos com facilidade. Em um dos relatos desse sujeito surdo, ele pretendia se formar na área do desenho industrial, mas achava que, devido às dificuldades da deficiência auditiva, não teria oportunidade de estudo e trabalho. Esse relato vem ao encontro do que Martins (1997, p.17, grifos do autor) afirma sobre a prática equivocada da exclusão, quando ela “deixa de ser concebida como expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um estado, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal”.

Sobre as comunidades remanescentes de quilombos, Mantovani (2015) se debruçou sobre a educação de pessoas com deficiência que vivem nesses locais, no estado de São Paulo. Os dados revelaram que há uma lacuna e um silenciamento no que se refere às pessoas com deficiência das comunidades remanescentes de quilombos. A pesquisa evidenciou que: a pessoa com deficiência está nas comunidades tentando se escolarizar; os sistemas de ensino ainda não concretizaram o trabalho da educação especial na escola quilombola; a legislação que determina a ação da educação especial em quilombos é recente; a formação do profissional precisa contemplar a realidade da educação do campo; e seus recursos e método de trabalho precisam contemplar a vida no campo e no quilombo. Em relação à surdez, a autora revelou a presença de quatro sujeitos: duas pessoas surdas frequentavam aulas de Libras, mas faltavam recorrentemente à escola; uma surda nunca frequentou a escola e passa seu tempo ocupada com os afazeres da casa e trabalhando na roça; e o quarto sujeito perdeu a audição aos poucos, surdez senil, não fez acompanhamento médico e continuou o trabalho na roça e no terreiro e cuidando das criações.

A temática Escola do Campo, Educação Especial e Inclusão é abordada nas pesquisas de Marcoccia (2011) e Fernandes (2015). Marcoccia (2011) buscou compreender a educação especial pela ótica da inclusão educacional vivenciada nas escolas estaduais do campo, no estado do Paraná. A partir disso, relacionou-a às normas e recomendações

da política nacional da educação do campo e da educação especial. Com base nos resultados, constatou que os alunos da educação especial que frequentavam as escolas públicas do campo não tinham garantia do direito à educação. Relatos de diretores e professores das escolas do campo descreveram os processos de exclusão do sujeito da educação especial quanto a transporte escolar, infraestrutura das escolas do campo, carência de materiais pedagógicos, frágil formação dos professores e ausência de professor especializado. O que nos provocou nessa pesquisa foi a discrepância de informações entre diretores e professores em face à surdez. Em entrevista com os diretores, eles relataram que havia oito surdos e dois DA matriculados nas escolas do campo, ao passo que os professores relataram a presença de 12 surdos e 14 DA.

Fernandes (2015), em sua tese, analisou o processo de escolarização do alunado da educação especial matriculado em escolas das comunidades ribeirinhas vinculadas ao sistema municipal de ensino em Belém-PA. Como resultados, foram obtidos os seguintes: caridade, depreciação e complacência são palavras que surgem quando perguntados sobre inclusão; alguns pais não levavam seus filhos com deficiência para a SRM; dificuldade em ter profissionais dispostos a atuar nas ilhas; os professores de sala de aula comum buscavam atender as propostas e sugestões das professoras de SRM (quando havia); e não há adaptações necessárias para atender os alunos com deficiência, quer de barco, quer de ônibus ou van, inclusive o ônibus escolar. Quanto aos surdos, professores relataram a imensa dificuldade de ensiná-los, mesmo utilizando recursos como figuras ou detalhamento de atividades; professores de línguas estrangeiras questionavam sobre como ensinar uma terceira língua se o estudante não sabia Libras, não estava alfabetizado e não compreendia a língua portuguesa.

Por fim, Magalhães (2021) objetivou pesquisar a existência de termos específicos da agricultura familiar em Libras, propor neologismos para termos inexistentes e organizar um glossário bilíngue com novos sinais, assim como sinais já utilizados no sistema linguístico das línguas visuoespaciais. Pautou-se em selecionar termos e conceitos em língua portuguesa, a partir de dicionários específicos das áreas agrárias e meio ambiente e validados por dez docentes das áreas. A criação dos sinais-termo foi proposta em vídeo por um grupo de docentes e intérpretes de Libras de várias instituições educacionais da Amazônia e apresentados à associação de surdos local. O resultado foi a criação de um glossário bilíngue intitulado “Termos da Agricultura Familiar em Libras”.

Considerações Finais

O estudo almejou produzir análise da produção científica brasileira nas interfaces Educação de Surdos e Educação do Campo, a partir de teses de Doutorado e dissertações de Mestrado. Foram identificadas 16 produções defendidas entre 2005 e 2017, em Instituições de Ensino Superior em diferentes regiões do Brasil.

No que diz respeito aos temas centrais, a forma de comunicação, ou seja, os sinais dialetais criados, foi a mais incidente nas investigações realizadas. Fato esse evidencia que os sinais dialetais estão em muitas comunidades para além da Libras.

O Brasil possui outras línguas de sinais, raramente registradas, algumas identificadas nas pesquisas analisadas. Essa variação linguística é referenciada nos estudos de Silva e Quadros (2019), no artigo “Língua de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil”, que indica haver, ao menos, 12 línguas de sinais utilizadas por comunidades no Brasil. As autoras apresentam a variação das línguas de sinais dividindo em: línguas de sinais nacionais, que possuem um reconhecimento ou política linguística que as colocam como língua oficial da comunidade surda, como no caso da Libras dos centros urbanos; língua de sinais nativa, falada em pequenas comunidades isoladas, pouco ou nada urbanizadas, distantes do grande centro, apresentando incidência de surdez, como a Cena, apresentada por Pereira (2013).

O modo como os surdos foram narrados, ao analisarmos as teses e dissertações, nos mostrou haver desconhecimento sobre surdez e diversidade surda, sobre a língua de sinais e o modo como é aprendida. Constatamos que os surdos habitantes do campo são vistos como pessoas que necessitam frequentar uma instituição especializada, sujeitos que não participam de rituais e cerimônias indígenas (Buratto, 2010), nem mesmo da caça (Correia, 2013), devido à surdez. Na escola, alguns desses sujeitos estão matriculados e frequentam a sala de aula, mas dependem de colegas, com os quais estabeleceram uma forma de diálogo, para acompanhar a explicação da professora (Correia, 2013), pois não há o intérprete de Libras em sala de aula, um direito linguístico adquirido. Os professores, desconhecendo a surdez, não sabem como agir, de que forma se comunicar e nem como e quando a aprendizagem desses sujeitos acontece (Correia, 2013; Fernandes, 2015; Almeida, 2018; Coelho, 2011). Nesse sentido, a necessidade de formação inicial e continuada é de extrema importância (Sá, 2015; Coelho, 2011; Sousa, 2013; Rodrigues, 2014; Silva, 2014), para que haja o conhecimento sobre a surdez e suas especificidades, e o processo de ensino e aprendizagem se viabilize.

Pensar em educação especial do campo é refletir sobre sujeitos que lutam pela sua invisibilidade, para ser protagonista de sua própria história, pelo direito a ser educado no lugar onde vive, com sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades, ou seja, por uma educação no e do campo.

Referências

- ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BATISTA, M. V. M. Saberes culturais de jovens e adultos com deficiência de comunidades das ilhas de Abaetetuba-PA. 2016. 197 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará), Belém, 2016. Disponível em: https://proesp.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/10/maria_valdeli_maias_batista.pdf. Acesso em: 29 de out. 2024.
- BURATTO, L. G. Prevenção de deficiência: programa de formação para professores Kaingang na terra indígena Ivaí-Paraná. 2010. 202 f. Tese. (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2864>. Acesso em: 29 de out. 2024.
- CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 17, p. 93104, maio/ago. 2011. Edição Especial.
- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento: Coletivo Nacional de Educação do MST e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA-, Brasil. Currículo sem Fronteiras. Internacional [online], v. 3, n. 1, p. 60-81, jan/jun, 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli2.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.
- COELHO, L. L. A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola. 2011. 127 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFGD-2_d9cf3a575dd972c4c14fa1edefeab326. Acesso em 29 de out. 2024.
- CORREIA, P. C. da H. Modos de coMviver do índio com deficiência: um estudo de caso na etnia indígena Pankararé. 2013. 223 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18041?mode=full>. Acesso em: 29 de out. 2024.
- FERNANDES, A. P. C. dos S. A escolarização da pessoa com deficiência nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Paraense. 2015. 280 f. Tese. (Doutorado em Educação Especial). Centro de Educação e Ciências Humanas - Universidade Federal de São Carlo, São Carlos. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7256>. Acesso em: 29 de out. 2024.
- FESTA, P. S. V. As interfaces educação especial e educação do campo: elementos constitutivos e o sujeito no discurso político-pedagógico na produção acadêmica e documental. 204 fls. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1808>. Acesso em: 29 de out. 2024.
- GONÇALVES, T. G. G. L. Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas: experiências do PRONERA. 2014. Tese. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2932>. Acesso em: 29 de out. 2024.
- LOPES, S. I. A. Entre o que se fala e o que se cala na Educação Especial nas escolas do campo: inclusão e contradição. 212 fls. Tese (Doutorado em Educação), Universidade

Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1908>. Acesso em 29 de out. 2024.

MANTOVANI, J. V. A educação da pessoa com deficiência em comunidades remanescentes de quilombos no estado de São Paulo. 240 f. 2015. Tese. (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7326>. Acesso em 29 de out. 2024.

MARCOCCIA, P. C. de P. Políticas de formação continuada de professores da rede estadual de ensino do estado do Paraná (1996-2017): entre a certificação e os desafios político-pedagógicos. 191 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1454>. Acesso em: 29 de out 2024.

MEIRA, M. E. O surdo do contexto rural: desafios e implicações no processo de apropriação da libras. Dissertação. Universidade Estadual de Montes Claros/MG.2017. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/14/2018/11/Disserta%C3%A7%C3%A3o-vers%C3%A3o-final-Maria-Elza-Meira.pdf>. Acesso em: 29 de out. 2024.

NOZU, W.C.S.; SCHELP, P. P.; CAVALANTE, J. V. M.; DA SILVA, J. H. Grupo de trabalho – Pessoas com deficiência nas escolas públicas do campo: constituição e ações iniciais. In: REBELO, A. S.; MARTINS, B. A.; GUIMARÃES, D. N. P. (Org.). Políticas e práticas educacionais em perspectiva inclusiva. Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro: Encontrografia Editora; ANPEd, 2023. p. 312-324.

NOZU, W. S. Construção das interfaces educação especial e educação do campo: análise da produção acadêmica. In: FERNANDES, A. P. C. dos S. (Org.). Educação Especial do Campo: trilhas, perspectivas e renovação. Belém: EDUEPA, 2021.

NOZU, W. S.; RIBEIRO, E. A.; BRUNO, M. M. G. Interface entre Educação Especial e Educação do Campo: a produção científica em teses e dissertações. Interfaces da Educação. Paranaíba, v.9, n.27, p. 317-349, 2018.

PEREIRA, E. L. Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí. Tese. UFSC. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107034>. Acesso em: 29 de out. 2024.

PINHEIRO, D. Atravessamentos culturais na ruralidade: produzindo verdades sobre os sujeitos surdos. Dissertação. Universidade Federal de Santa Maria. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8863>. Acesso em 29 de out. 2024.

RODRIGUES, S. V. de O. Prática pedagógica em escola do campo e os “alunos inclusos”: interrogações necessárias. 111 Fls. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.

SILVA, D. S. da.; QUADROS, R. M. de. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil/Sign languages of isolated communities found in Brazil. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 10, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/4167>. Acesso em: 29 de out. 2024.

SILVEIRA, B. B. F. da. O processo de ensino aprendizagem da LIBRAS por jovens surdos através dos sinais dialetais. Dissertação. UFPB. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9593?locale=pt_BR. Acesso em: 29 de out. 2024.

SOUSA, M. do C. da E. C. de. A organização do atendimento educacional especializado nas aldeias indígenas de Dourados-MS: um estudo sobre as salas de recursos multifuncionais para a área da surdez. 2013. 123 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2013. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_143cedca9fa233d08fe3f0902943c8cb. Acesso em: 29 de out. 2024.

SOUZA, M. A. de. Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento de 1987 a 2015. 2. ed. ampliada, atualizada e revisada. Curitiba: Editora da UFPR, 2016.

SOUZA, M. A. de. Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. Educação em Revista, [S. I.], v. 36, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37562>. Acesso em: 25 out. 2024.

SOUZA, V. P. da S. Crianças indígenas Kaiowá e Guarani: um estudo sobre as representações sociais da deficiência e o acesso às políticas de saúde e educação em aldeias da Região da Grande Dourados. 145 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Dourados, MS: UFGD, 2011.

TANIGUCHI, P. P. S. Os manuais escolares na prática pedagógica com estudantes surdos que vivem no campo. 2024. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. 2024. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/2039>. Acesso em: 29 out. 2024.

VENERE, M. R. Políticas públicas para populações indígenas com necessidades especiais em Rondônia: o duplo desafio da diferença. 2005. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Núcleo de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2005.

VILHALVA, S. Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul. 2009. 137 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92972>. Acesso em: 29 de out. 2024.

Submetido em outubro de 2024
Aceito em novembro de 2024
Publicado em novembro de 2024

